

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025 - FMS**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2025 - FMS**

**BIO RESÍDUOS TRANSPORTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.680.158/0009-19, com sede na Rua 404 A, nº 1388 – Bairro Morretes, CEP nº 88.220-000 – Itapema - SC, neste ato representado pelo seu Outorgado infra-assinado, com apoio no item 13 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS, tempestivamente vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO**, contra o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025, com previsão para ser realizado no dia 31 de Janeiro de 2025 às 08h00min.

A **BIO RESÍDUOS TRANSPORTES LTDA** é empresa especializada em coleta, transporte e encaminhamento para tratamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde, atuando há 20 anos neste segmento de mercado, participando e se sagrando vencedora em diversas licitações dos Governos Municipais, Estaduais e mesmo Federal.

Assim, infelizmente a peça editalícia em apreço, tece exigências que afunilam e restringe o número de participantes para a contratação com a devida segurança. Sem desrespeitar o trabalho da Comissão de Licitação, esta signatária afirma seu interesse em participar e oferecer a presente impugnação ao edital, contando com sua sensibilidade e a compreensão.

**(1) – DOS FATOS SUBJACENTES**

**01 – Trata-se de procedimento licitatório que objetiva o “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA REGULAR, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL PARA RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS GRUPOS A (A1, A2, A3, A4 E A5) B (PERIGOSOS), D (COMUM) E E (PERFUROCORANTES), CARACTERIZADOS COMO RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE CONFORME RDC ANVISA 222/2018, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA SC.”**

02 – Esta impugnante, com interesse em participar do certame em apreço, fez a aquisição do edital e compulsando-o, se deparou com algumas irregularidades:

(2) – **DA IMPUGNAÇÃO:**

1) **DO OBJETO EM DESACORDO COM O EDITAL.**

O objeto do Edital em questão estabelece a descrição de resíduos do grupo D (resíduos comuns), conforme consta no item “**1. DO OBJETO**”. Contudo, cabe destacar que, de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (**RDC**) nº 222/2018, da ANVISA, que regula a gestão de resíduos de serviços de saúde, os resíduos de grupo D (comum) são, na realidade, resíduos que não apresentam risco à saúde pública e ao meio ambiente, e não se aplicam a resíduos gerados em serviços de saúde, os quais são regulamentados por categorias específicas mais detalhadas (grupos A, B, C, E).

O fato de o Edital trazer, em seu objeto, a descrição de resíduos do grupo D, quando o mesmo se refere a resíduos de serviços de saúde, configura um erro material significativo, pois desconsidera as especificações técnicas e legais aplicáveis aos resíduos provenientes do setor de saúde, conforme a RDC ANVISA nº 222/2018.

**1.1) DA INCOERÊNCIA NA CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS**

A RDC ANVISA nº 222/2018 estabelece critérios claros para a classificação dos resíduos gerados em serviços de saúde, em especial nos Grupos A, B, C e E, de acordo com seu risco e tratamento. O Edital, ao mencionar resíduos do Grupo D, pode levar a um erro na execução e na contratação, comprometendo a conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes.

Ademais, a adoção da classificação errônea pode impactar diretamente no cumprimento das obrigações ambientais e de saúde pública, já que resíduos de serviços de saúde necessitam de um manejo diferenciado, especialmente quanto ao transporte, armazenamento e destino final.

## 1.2) DO PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

Diante do exposto, requer-se a retificação do Edital para que o objeto da licitação seja adequado às normas da RDC ANVISA nº 222/2018, especialmente no que se refere à classificação dos resíduos gerados em serviços de saúde, com a devida alteração da menção a resíduos do grupo D (comum), para as categorias corretas conforme a legislação aplicável.

## 2) NÃO PERMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO

O Termo de Referência, em seu item 3.4.1, estabelece que a empresa contratada deverá realizar a etapa de tratamento dos resíduos diretamente em “estação própria”, não sendo permitida a subcontratação dessa fase do serviço. A referida restrição, ao impedir a subcontratação da etapa de tratamento, restringe a competitividade do certame e pode prejudicar a obtenção das melhores condições de preço e qualidade para a Administração Pública.

### 2.1) DA COMPETITIVIDADE E OPORTUNIDADE DE MELHORAR AS CONDIÇÕES ECONÔMICAS

É amplamente reconhecido que, em licitações para a prestação de serviços complexos, como a gestão de resíduos de serviços de saúde, a possibilidade de subcontratação de etapas específicas do processo, como o tratamento e disposição final dos resíduos, favorece a competição entre empresas especializadas, promovendo a obtenção de melhores preços e soluções mais adequadas. A restrição imposta pelo Edital impede que empresas com expertise em áreas específicas, como o transporte de resíduos, possam participar do certame, o que limita a competitividade e, consequentemente, a obtenção de propostas mais vantajosas.

A subcontratação da etapa de tratamento de resíduos, quando permitida, pode resultar em uma gestão mais eficiente, uma vez que possibilita a especialização de cada empresa nas fases do processo para as quais têm maior competência. Este modelo de contratação tem sido amplamente adotado, inclusive pela própria Administração Pública, como uma forma de ampliar as possibilidades de ofertar o melhor preço e serviço, sem comprometer a qualidade do trabalho realizado.

## 2.2) DA GARANTIA DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA

É importante destacar que, de acordo com o art. 81, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a subcontratação de serviços ou fornecimento de bens, desde que expressamente autorizada no edital, não exime a empresa contratada da responsabilidade pela execução integral do objeto do contrato. Ou seja, a subcontratação não desonera a contratada de sua obrigação de garantir a qualidade e o cumprimento das condições contratuais, inclusive as normas sanitárias e ambientais, permitindo que ela possa atuar de forma especializada, sem comprometer sua responsabilidade sobre o serviço contratado.

Como forma de ilustrar nossa argumentação quanto ao ciclo de serviço a ser prestado, e a real necessidade de inclusão de subcontratação das etapas de TRATAMENTO e DESTINAÇÃO FINAL, apresentamos abaixo imagem para que possam entender a exigência legal da Lei para cada etapa a ser processada no serviço contínuo.



Saliente-se, a subcontratação não acarreta nenhum prejuízo para a Administração, haja vista que, além da licitante continuar a ser a responsável pelo cumprimento satisfatório dos serviços licitados, dela também não resulta a cessão integral do objeto do contrato a terceiros, mas, sim, uma pequena parcela dos serviços, como exemplo o **tratamento e a destinação**

**final** dos resíduos no aterro sanitário, permanecendo, portanto, inalterável o vínculo direto e imediato entre está e a Administração Pública.

Nesse sentido, Diógenes Gasparini assim se manifesta:

“O contratado, por exemplo, subcontrata com um terceiro (escolhido sem qualquer interferência da contratante) a execução das fundações e dos sistemas hidráulico e elétrico de um edifício público. Embora seja assim, continua respondendo, perante a contratante, pela execução do objeto do contrato como um todo. Desse modo, a Administração Pública contratante não se relaciona, nem tem por que, com o subcontratado. Qualquer problema surgido, relacionado com os objetos das subcontratações, é solucionado entre o contratado e o subcontratado (...).”

A legislação atual, portanto, permite a subcontratação, como uma ferramenta para garantir uma execução mais eficiente, sem que a empresa contratada perca a responsabilidade pela gestão do serviço de forma global, o que é plenamente viável e desejável para garantir o melhor serviço à Administração Pública.

Ainda que a equipe aponte que tal serviço não é tratado como COMPLEXO, podemos dizer com propriedade que o serviço é altamente COMPLEXO e desta forma compete sim a autorização da **SUBCONTRATAÇÃO**, pois é um serviço que obtém-se de no mínimo quatro etapas, sendo COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL (ATERRO), **a complexidade do objeto licitado**, diante da ilustração apontada anteriormente, a subcontratação tende facilitar o serviço a ser realizado. Este mecanismo é uma prática adotada entre as empresas que exercem esta atividade de coleta de resíduos hospitalares, e as etapas comuns a serem subcontratadas é o TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL, não eximindo suas responsabilidades de contratada perante o contrato com órgão público.

A resolução que trata sobre gerenciamento dos resíduos do serviço de saúde, a RDC ANVISA nº 222/2018, não se encontra qualquer exigência sobre a obrigatoriedade e/ou benefícios de se proibir a subcontratação do todo ou parte do objeto, ou seja, das licenças ambientais de todas as etapas do processo sejam em nome da mesma empresa, no caso, da proponente.

Os princípios que regem as licitações públicas vêm insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como, no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

Além disso, como é de conhecimento, sabemos que nem as grandes empresas, nem todas elas hão e alcançam todas as etapas no seu próprio nome, assim é obvio e completamente inviável uma ME/EPP possua o tratamento e destinação final em seu próprio nome, o que exclusivamente umas e raras empresas de médio ou grande porte possuem capital e a real competência econômica para tal. De tal modo, subcontratar, em nada irá prejudicar ou colocar em risco a saúde pública ou o ciclo da execução dos resíduos de serviço de saúde.

Razão pela qual, com vistas a que a licitação atenda aos mandamentos do artigo citado, bem como, **NÃO RESTE DESERTA** ou até mesmo que **FRUSTREM SEU CARÁTER COMPETITIVO**.

O TCU (Tribunal de Contas da União), pauta sua jurisprudência no sentido de que a subcontratação parcial é lícita, se prevista no edital e no contrato. O relator Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, com a aquiescência do pleno, determinou que:

*“Contrato fosse firmado nos exatos termos do Art. 72, Lei 8.666/93, vale dizer, concordou com a subcontratação, desde que observados a normal legal e os termos contratuais, ainda que realizada após a licitação.” (cf. Decisão 128/94, Ata 8/94, Processo TC 012262/93-5, in DOU de 28.3.94, p.4515).*

### 2.3) DO PEDIDO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

Diante do exposto, requer-se a retificação do Edital para que seja autorizada a subcontratação da etapa de tratamento dos resíduos, sem prejuízo da responsabilidade integral da empresa contratada, garantindo-se que a participação de empresas especializadas em atender

ao objeto seja permitida, o que contribuirá para o sucesso do processo licitatório, a obtenção de melhores preços e a realização de serviços com maior qualidade.

Um exemplo que podemos citar aqui é o edital de Pescaria Brava, edital nº 03/2023, onde o mesmo permite a subcontratação da etapa elencada a esse processo.

## **2.4) DA IMPORTÂNCIA DA MEDIDA PARA O INTERESSE PÚBLICO**

A alteração proposta visa assegurar que o processo licitatório seja mais competitivo, com a participação de empresas que possuem as melhores condições técnicas e econômicas para oferecer os serviços, sem prejuízo da segurança, qualidade e cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes.

Confiamos que a inclusão da permissão para subcontratação no edital colaborará para a maior competitividade, eficiência e economicidade do processo licitatório, alinhando-se aos princípios norteadores da Lei nº 14.133/2021.

## **3) EXIGÊNCIA DE DOCUMENTO QUE NÃO CONDIZ COM A REALIDADE.**

O item f) da Qualificação técnica exige a apresentação do seguinte documento:

### **f) Certificado de Capacitação Técnica dos veículos Coletores;**

Contudo, não sabemos o que significa a exigência de tal.

Porém deduzindo que seja a apresentação de CIPP (Certificado de Inspeção de Produtos Perigosos) e CIV (Certificado de Inspeção Veicular) segue nossa impugnação quanto a exigência desses documentos.

### 3.1) DA INCOMPATIBILIDADE ENTRE AS EXIGÊNCIAS E O OBJETO DO EDITAL.

Conforme estipulado no edital em questão, a coleta de resíduos hospitalares deve ser realizada utilizando **bombonas ou containers**, caracterizando um método de transporte de resíduos **não a granel**, mas sim em recipientes fechados e seguros.

Entretanto, a exigência de CIPP e CIV é aplicável ao transporte de resíduos **a granel**, conforme previsto na legislação aplicável, como a **Resolução ANTT nº 5.947/2021**, que regulamenta o transporte de produtos perigosos. Essa exigência visa garantir a segurança no transporte de resíduos líquidos ou sólidos soltos no compartimento de carga, o que não se aplica ao caso em tela, uma vez que os resíduos hospitalares estão contidos em recipientes apropriados (bombonas ou containers), conforme normativas técnicas.

A imposição dessas exigências revela-se, portanto, **descabida e incompatível** com a forma operacional especificada no edital, ferindo os princípios da razoabilidade e da adequação administrativa.

### 3.2) DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA VEDAÇÃO AO EXCESSO

Nos termos do art. 37 da **Constituição Federal**, a Administração Pública está vinculada ao **princípio da legalidade**, sendo vedado impor obrigações, restrições ou condicionamentos sem amparo legal. A exigência de CIPP e CIV, no contexto descrito, extrapola os limites da legislação aplicável, especialmente considerando que:



1. Os resíduos serão transportados em recipientes fechados (bombonas ou containers), eliminando os riscos associados ao transporte a granel;
2. A legislação ambiental e de transporte não exige tais documentos para veículos ou operações que não envolvam transporte a granel.

Ademais, a imposição de requisitos desproporcionais contraria o **princípio da vedação ao excesso**, consolidado pela jurisprudência administrativa e judicial, que impede a criação de barreiras injustificadas ao exercício de atividades econômicas regulares.

### 3.3) DO IMPACTO SOBRE O OBJETO DO EDITAL

A exigência indevida de CIPP e CIV não apenas cria um ônus financeiro e operacional desnecessário às empresas participantes, mas também pode comprometer a competitividade do certame, restringindo a ampla participação e violando o **princípio da isonomia**, previsto no art. 5º da **Lei nº 14.133/2021**, que estabelece:

"É vedado aos agentes públicos: I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades empresárias em consórcio, salvo nas situações expressamente previstas nesta Lei e devidamente justificadas no processo."

A imposição de requisitos incompatíveis com o objeto do edital pode, ainda, gerar atrasos na prestação do serviço essencial de coleta de resíduos hospitalares, impactando negativamente a gestão de resíduos de saúde, com possíveis consequências sanitárias e ambientais.

### (3) **DO PEDIDO**

Isto exposto requer a esse pregoeiro, que seja recebido a nossa IMPUGNAÇÃO, em ambos os efeitos, e JULGADO PROCEDENTE a fim de retificar o edital em epígrafe.

Portanto para o aumento da competitividade no certame e como explanado o edital deve ser retificado os seguintes:

- I. Altere o objeto contratual, retirando o resíduos do Grupo D (comum) pois o mesmo não se vincula a resíduos de serviços de saúde;
- II. Retifique o edital permitindo a SUBCONTRATAÇÃO do TRATAMENTO, com vínculos através de contrato e carta de anuência;
- III. Retire do edital o item F) da Qualificação técnica onde a mesma pede Certificado de Capacidade técnica dos **veículos coletores**;
- IV. Caso não seja esse o entendimento dessa comissão de licitação, pedimos que sejam apresentados os motivos devidamente **fundamentados nos termos da lei**;
- V. Determinar-se a republicação do Edital, corrigindo o vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto na Lei.

Termos em que, respeitosamente, pede deferimento.

De Itapema (SC) para Major Vieira (SC), em 28 de Janeiro de 2.025.

---

**BIO RESÍDUOS TRANSPORTES LTDA**  
**CNPJ: 08.680.158/0009-19**